



O que está sendo feito?

1. Após recomendação conjunta, Denasus faz inspeções em unidades de saúde do Amazonas



O Ministério Público Federal (MPF) e o Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) informam que foram realizadas inspeções em unidades de saúde no Amazonas que atuam no combate à pandemia de covid-19, entre os dias 19 e 21 deste mês. As vistorias foram realizadas pelo Denasus para atender à [Recomendação Conjunta nº 06/2020](#), expedida pelo MPF,

Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM).

Também participaram das inspeções o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Regional de Enfermagem, o Conselho Regional de Farmácia e a Vigilância Sanitária do Município de Manaus (Visa), totalizando mais de 30 agentes públicos. Após a conclusão das inspeções, serão elaborados relatórios sobre a regularidade dos fluxos de atendimento, dos contratos celebrados pelo poder público e da destinação dos valores e insumos para o combate à pandemia. [Leia mais](#).

2. MPF, MPT e MPPB lançam carta aberta sobre risco de colapso no sistema de saúde

Os Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e do Estado da Paraíba lançaram nessa quinta-feira (21) [Carta Aberta](#) de alerta à população paraibana sobre o risco de colapso do sistema de saúde. Além dos MPs, assinam o documento os hospitais Unimed, Memorial São Francisco e Nossa



Senhora das Neves, em João Pessoa, bem como a Secretária de Estado da Saúde e a Secretária de Saúde da capital. O documento aponta o esgotamento da capacidade das redes hospitalares pública e privada e alerta a população sobre a necessidade de se respeitar as medidas de contenção do novo coronavírus, principalmente o isolamento social. Os órgãos também alertam para o risco de [colapso da saúde em Campina Grande](#), segunda macrorregião de saúde da Paraíba.

3. MPT garante cestas básicas e produtos de higiene para 11 comunidades tradicionais do Tocantins

O MPT em Araguaína (TO) obteve na Justiça R\$ 47 mil para aquisição de cestas básicas e produtos de higiene (água sanitária, sabonete líquido e álcool em gel), pelo período de três meses, para comunidades tradicionais do Tocantins. Serão atendidas 40 famílias no TI Krahô-Kanela; 250 famílias nas aldeias Santa Isabel, Fontoura, JK, Worebia, Watau, Uiwa, Werreria do povo Iny Karajá; 36 famílias da Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra; 40 famílias da Associação de Pescadoras Artesanais de Miracema; e 46 famílias da comunidade quilombola Mumbuca, situada no município de Mateiros. [Leia mais.](#)

4. MPRJ recomenda que a Prefeitura do Rio elabore Plano de Gestão de Óbitos

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) expediu recomendação para que a Prefeitura do Rio providencie a elaboração ou adaptação, se necessário, de um Plano de Gestão de Óbitos, com o conjunto de ações e matriz de responsabilidades referentes a toda a cadeia dos óbitos. O objetivo é fazer frente ao expressivo aumento do número de mortes no Município e às dificuldades operacionais em decorrência disso, de modo a evitar um eventual colapso funerário. [Leia mais.](#)

5. MPMA pede implantação de medidas pós-lockdown

O lockdown na capital maranhense e nos demais municípios que fazem parte



da Ilha de São Luís terminou no último dia 17. Para garantir a segurança da população, o MP Estadual requereu o retorno imediato das medidas de contenção que haviam sido implementadas antes do confinamento. Pelo pedido apresentado nesta semana à Justiça, deverão ser reeditados os decretos que determinavam as providências de contenção ao coronavírus ou editados novos, com as adequações necessárias e considerando as novas informações sobre ocupação de leitos e sobre o avanço do vírus. [Leia mais.](#)

6. MPPR cria sistema para monitorar licitações voltadas para o combate ao coronavírus

Com o objetivo de garantir a transparência na gestão das verbas federais liberadas para o combate ao coronavírus no Paraná, o Ministério Público Estadual lançou o “Painel Covid-19”, sistema que permite o acompanhamento de licitações e valores dirigidos ao controle do coronavírus em cada município do estado. Ao todo, foram R\$ 275.412.694,34 em recursos federais destinados diretamente aos municípios, verba que deve ser utilizada em ações de contingenciamento, como infraestrutura para unidades de saúde, transporte e contratação de médicos, compra de exames e cestas básicas para a população, entre outras. [Leia mais.](#)

7. MPT no Tocantins desenvolve projeto de atenção à saúde dos motoristas de veículos de carga

O Ministério Público do Trabalho em Palmas (TO) desenvolve projeto de atenção à saúde de motoristas do transporte rodoviário de cargas que transitam pelo Tocantins, considerando as rodovias que cortam o Estado. Em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, as Secretarias Municipais de Saúde de Araguaína, Colinas do Tocantins e Gurupi, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal, foi realizada ação conjunta para traçar o perfil epidemiológico dos motoristas, por meio da aplicação de testes rápidos e do preenchimento de questionário online. Foram testados 309 motoristas, sendo que 22 desses profissionais testaram positivo para Covid-19.

Após a identificação dos casos positivos, as Secretarias de Saúde e as de Assistência Social desses municípios providenciaram atendimento médico, alojamento, alimentação e kits de higiene pessoal para os motoristas e seus acompanhantes, durante o período de isolamento. [Leia mais.](#)